



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIII — Nº 79

TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1988

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 22ª REUNIÃO, EM 15 DE AGOSTO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de **quorum** para abertura da sessão e convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, dia 16, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2 — ENCERRAMENTO

1.3 — EXPEDIENTE DESPACHADO

1.3.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 158/88 (nº 297/88, na origem), referente à escolha do Sr. Aécio Ferreira da Cunha, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ivan Luz.

— Nº 159/88 (nº 298/88, na origem), referente à escolha do Sr. José Eduardo Barbosa, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro Rogério Nunes.

— Nº 160 e 161/88 (nº 299 e 300/88, na origem), pelas quais solicita autorização para

que os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba possam contratar operações de crédito para os fins que especifica.

1.3.2 — Projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 60/88, de autoria do Senador Itamar Franco, que determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 22ª Reunião, em 15 de agosto de 1988

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Mário Maia

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Leopoldo Peres — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão

Mansueto de Lavor — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Roman Tito — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Correa — Meira Filho — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Entretanto, não há em plenário o **quorum** regimental para abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão extraordinária de amanhã, às 10 horas, a seguinte

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Administrativo

JOSECLER GOMES MOREIRA

Diretor Industrial

LINDOMAR PEREIRA DA SILVA

Diretor Adjunto

ASSINATURAS

Semestral Cz\$ 2.600,00

Exemplar Avulso Cz\$ 16,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1988 (nº 478/88, na Casa de origem), que altera a alínea a do § 2º do art. 18 do Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, incluindo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) entre as enfermidades que dão direito à concessão de benefícios a segurados, independentemente do cumprimento do período de carência de 12 (doze) meses de contribuição, após filiação à Previdência Social Urbana, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1985, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o uso da palavra, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nº 552 e 553, de 1986, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e das emendas apresentadas nos termos do § 1º do art. 442 do Regimento Interno, com exceção do item II da Emenda nº 4, que considera prejudicado;

— **Diretora**, favorável ao projeto e às emendas.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 28, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 3.689,02 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Janduí, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 8.424,51 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em plenário.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Luciara, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 42.437,69 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79, de 1988, rerratificando a Resolução nº 160, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Pará a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 363.865,70 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1988, de autoria do Senador Roman Tito e outros Senhores Senadores, que altera o art. 64 do Regimento do Senado Federal, tendo

PARECERES, proferidos em Plenário, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável à Emenda nº 1; pela rejeição da Emenda nº 2; favorável ao projeto nos termos de substitutivo que oferece; e

— **Diretora**, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 2.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 83, de 1988, que autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a emitir 16.700.000,00 Obrigações do Tesouro do Estado — OTRJ, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada, tendo

PARECER ORAL FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 85, de 1988, que autoriza a Prefeitura Municipal de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro,

a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 61.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 88, de 1988, que autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar o limite de seu endividamento, a fim de que possa emitir 11.295.702 Obrigações do Tesouro do Estado de Santa Catarina — OTC, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

11

Votação, em turno único, do Requerimento nº 111, de 1988, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando, nos termos regimentais, ao Ministro-Chefe do Gabinete da Casa Civil, informações acerca da viagem oficial do Presidente da República à República Popular da China.

12

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1988 (nº 8.587/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que cria a 16ª Região da Justiça do Trabalho e o respectivo Tribunal Regional do Trabalho, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

13

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1988 (nº 381/88, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

14

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 1988 (nº 7.183/66, na Casa de origem), que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cria cargos, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

15

Mensagem nº 46, de 1988 (nº 46/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 10.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

16

Mensagem nº 50, de 1988 (nº 50/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Turiçu, Estado do Maranhão, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 72.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

17

Mensagem nº 143, de 1988 (nº 247/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Estado de Minas Gerais a elevar, temporariamente, em Cz\$ 9.245.039.666,00 (nove milhões, duzentos e quarenta e cinco milhões, trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzados), o montante de sua dívida consolidada interna. (Dependendo de Parecer.)

18

Mensagem nº 154, de 1988 (nº 289/88, na origem), relativa à proposta para que seja retificada a Resolução nº 186, de 1987, que autorizou o Governo do Distrito Federal a contratar operação de crédito no valor correspondente a 15.301.599 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

19

Mensagem nº 155, de 1988 (nº 291/88, na origem) relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Valença, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

20

Mensagem nº 160, de 1988 (nº 299/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir 12.609.235 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada. (Dependendo de parecer.)

21

Mensagem nº 161, de 1988 (nº 300/88, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado da Paraíba a emitir 2.100.000 Obrigações do Tesouro do Estado, elevando temporariamente o limite de sua dívida consolidada. (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 25 minutos.)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 180 DO REGIMENTO INTERNO

MENSAGEM

**Nº 158, de 1988
(Nº 297/88, na margem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Nos termos do artigo 42, item III, e parágrafo 3º do artigo 72, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração do egrégio Senado Federal o nome do Doutor Aécio Ferreira da Cunha para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Ivan Luz.

Os méritos do Doutor Aécio Ferreira da Cunha, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, 11 de agosto de 1988. — **José Sarney.**

CURRICULUM VITAE

Aécio Ferreira da Cunha
Filiação: Tristão Ferreira da Cunha e Júlia Verisiani Ferreira da Cunha.

Nascimento: 4 de janeiro de 1927 — Rio de Janeiro — RJ.

Estudos e graus universitários:

a) 1º Grau-Ginásio Anglo-Brasileiro (Rio de Janeiro)

b) 2º Grau Colégio São Bento (Rio de Janeiro — 1945)

c) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1950)

d) Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) — (1973)

e) Ciclos de Estudos da Escola Superior de Guerra (1967 — 1977 — 1978 — 1983)

Vida administrativa e parlamentar:

a) Assessor do Secretário da Educação e Cultura de Minas Gerais

b) Chefe de Gabinete do Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio e Trabalho

c) Deputado Estadual em duas legislaturas: 1954 a 1959 e 1959 a 1963

d) Deputado Federal em seis legislaturas consecutivas: (1963 a 1967), (1967 a 1971), (1971 a 1975), (1975 a 1979), (1979 a 1983) e (1983 a 1987).

e) Candidato a Vice-Governador do Estado de Minas Gerais nas últimas eleições.

Principais fatos da vida parlamentar:

— Presidente da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais em cinco períodos

— Líder do extinto PR na Assembléia Legislativa

— Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Federal por vários anos consecutivos

— Membro das comissões de Minas e Energia e Educação e da Comissão de Defesa do Consumidor.

— Líder do Grupo Parlamentar dos pequenos partidos (PDC — PSP — PTN — PR e PL) — 1963, na Câmara dos Deputados

— Secretário do Diretório Nacional da Arena

— Presidente Regional da Arena de Minas Gerais

— Presidente Regional do PDS de Minas Gerais

— Membro fundador do grupo Pró-Diretas do PDS e atualmente faz parte da Frente Liberal.

Missões no exterior:

— Delegado à União Interparlamentar em Paris (1971)

— Representante do Congresso Nacional na Escola Superior de Guerra, em visita de estudos aos EUA (1973)

— Representante do Congresso Nacional à Reunião do Parlamento Latino-Americano em Roma, Itália (1979)

Condecorações:

1) Medalha da Inconfidência, do Governo de Minas Gerais

2) Medalha Santos Dumont

3) Ordem de Rio Branco, no Grau de Grande Oficial

4) Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande Oficial

(Será incluído oportunamente em Ordem do Dia)

MENSAGEM

**Nº 159, de 1988
(Nº 298/88, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 42, item III, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Doutor José Eduardo Barbosa, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro Rogério Nunes.

Os méritos do Senhor José Eduardo Barbosa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo **Curriculum Vitae**.

Brasília, 11 de agosto de 1988 — **José Sarney.**

CURRICULUM VITAE

I. Dados pessoais

Nome: José Eduardo Barbosa

Filiação: Vicente de Almeida Barbosa e Amélia Augusta de Santana Barbosa

Nacionalidade: brasileira. Naturalidade: Patos de Minas — MG

Número de filhos: 2

Residência: Rua São Paulo, 925 — Ap. 204 — Tel. 226-2711

Belo Horizonte — MG

Profissão: Advogado/Jornalista/Profissional de Relações Públicas

CPF/MF nº 001.799.496-91 — Carteira de Identidade nº M-30.246, SSP/MG

II. Títulos profissionais de nível superior

Jornalista Profissional. Registro nº 1.084, no Ministério do Trabalho — DR/MG, 1954

Advogado. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1968

Profissional de Relações Públicas. Registro nº 22, do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas/MG — 1971

III. Registros e participações em entidades profissionais

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Matrícula nº 629, de 1954

Associação Mineira de Imprensa. Matrícula nº 355, de 1956. Tesoureiro no período 1966/1968

Associação Brasileira de Relações Públicas/MG. Sócio efetivo. 1969.

Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de Minas Gerais. Inscrição nº 12.986, de 1969

Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas/MG. Registro nº 22, de 1971. Membro da Comissão de Fiscalização do Exercício da Profissão.

Casa do Jornalista de Minas. Associado. Diretor-Tesoureiro no triênio 1981/84.

Associação dos Advogados de Minas Gerais. 1981. Associado.

IV. Atividades profissionais

A) Em entidades particulares:

Banco Industrial Minas Gerais S.A. (hoje Banco Mercantil do Brasil). Assistente da Presidência e chefe do Departamento de Pessoal. 1947/52

Correio do Dia S.A. Redator e revisor. 1953/54
Serviço de Imprensa e Propaganda Ltda. Gerente. 1953/56.

Informador das Construções Ltda. — Gerente Administrativo e editor. 1956/60.

late Tênis Clube. Chefe do Escritório e Gerente de Relações Públicas. 1960/63.

Editora Alterosa S.A. — Gerente. 1963/64.

Center for Research and Education (Sede: Denver, USA). Diretor Administrativo e Financeiro do Escritório no Brasil. 1971/73

Editora Codecri Ltda. (Rio de Janeiro). Diretor Administrativo. 1973/74.

Nacional Cia. de Seguros. Advogado. Desde março de 1974.

B) Em organismos públicos:

Gabinete Civil do Governador do Estado de MG. 1963/65
Redator.

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Governo.

Consultor da Assessoria de Planejamento e Controle — APC.

Chefe de Seção de Pesquisas e Documentação da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha — CODEVALE — 1966/71.

Assessor do Diretor Administrativo.

Chefe do Setor de Divulgação e Relações Públicas.

Membro da equipe técnica de planejamento regional.

Editor do **house-organ Notícias do Vale**.

Prefeitura Municipal de Contagem — MG — 1968/71.

Redator.

Chefe da Assessoria de Imprensa.

Diretor do Departamento de Educação, Cultura e Recreação.

Chefe do Gabinete do Prefeito.

Secretaria de Estado da Indústria e Comércio de MG — 1977/78

Membro do Grupo de Trabalho instituído para criação da Agência de Turismo de Minas Gerais — TURMINAS

Secretaria de Estado da Cultura de MG — 1983/85.

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais desde 3/81. Agente Legislativo.

V. Concursos públicos

Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha — CODEVALE — Concurso público para provimento de cargos de "Assistente Administrativo". Classificado em 1º lugar.

DASP — Concurso público para preenchimento de cargos de "Técnico em Comunicação Social", do Departamento de Imprensa Nacional. Classificado em 27º lugar.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Concurso público para preenchimento de cargos de "Agente Legislativo". Classificado em 22º lugar.

VI. Títulos honoríficos

Cidadão Honorário do Município de Morro do Pilar. Lei nº 179, de 9-1-77.

Cidadão Honorário do Município do Serro. Resolução Legislativa nº 02/77, de 24-1-77.

Cidadão Honorário do Município de Conceição do Mato Dentro. Lei nº 843, de 28-1-77.

Medalha da Inconfidência. Grau: Honra. Outorgada em 21-4-84.

Medalha Santos Dumont. Grau: Prata. Outorgada em 23-10-84.

Ordem do Mérito de Brasília. Grau: Comendador. Outorgada em 19-4-86.

Brasília, 22 de abril de 1988

(À Comissão do Distrito Federal)

MENSAGENS

Do Senhor Presidente da República:

— Ns 160 e 161/88 (ns 299 e 300/88, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que os Governos dos Estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

(Serão oportunamente incluídas em Ordem do Dia.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, de 1988

Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo, usando dos canais diplomáticos competentes, exigirá das representações diplomáticas e consulares estrangeiras acreditadas no País o cumprimento da legislação trabalhista no tocante aos empregados contratados em território nacional.

Art. 2º Constatada a infração do disposto na presente lei, promoverá o Poder Executivo a responsabilidade do Estado estrangeiro consoante as normas de direito internacional.

Art. 3º A autorização a que se refere o artigo 146, item II, da Constituição Federal, só será outorgada em relação àqueles governos que houverem aquiescido respeitar a legislação interna no tocante aos empregados contratados em território nacional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Chegando ao nosso conhecimento constantes queixas trabalhistas, julgamos, novamente, oportuna a reapresentação deste projeto.

A Justiça do Trabalho tem recebido inúmeras reclamações de empregados que, tendo prestado serviços durante longos anos a legações estrangeiras aqui acreditadas, jamais tiveram seus direitos laborais respeitados. Na maioria, senão na totalidade das vezes, invocam os governos estrangeiros o benefício da "imunidade diplomática" para evitar que os órgãos jurisdicionais brasileiros sequer venham a apreciar o mérito da demanda. Com efeito, este instituto, consagrado pelo direito internacional, coloca as embaixadas e os consulados a salvo de qualquer medida coercitiva emanada das autoridades locais. Cumpre entretanto notar que o privilégio reconhecido aos diplomatas e representantes estrangeiros tem por objetivo proteger-lhes contra eventuais abusos ou arbitrariedades que poderiam ser perpetrados pelos órgãos da administração local. Jamais caberia interpretar a "imunidade diplomática" como um salvo-conduto para o sistemático e generalizado desrespeito pela ordem jurídica interna.

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, à qual o Brasil, como a maioria dos países, aderiu, embora reconhecendo todos os privilégios decorrentes da condição de representantes de governo estrangeiros, impõe aos diplomatas:

"Sem prejuízo de seus privilégios e imunidades, todas as pessoas que gozarem destes privilégios e imunidades deverão respeitar as leis e os regulamentos do Estado acreditado. Têm também o dever de não se imiscuírem nos assuntos internos do referido Estado". (Artigo 41 — alínea 1).

Nestas condições, não consideramos justo nem razoável que o governo permaneça inerte ante os inúmeros casos de infração da legislação trabalhista perpetrados sob o manto da "imunidade diplomática". Recentemente, noticiaram os jornais que a União teria ingressado em juízo, como "assistente" de certa legação estrangeira, a fim de fazer valer o "direito internacional" contra a legítima pretensão deduzida no juízo trabalhista por uma humilde empregada que durante mais de 20 (vinte) anos trabalhara como faxineira de um consulado. Se por um lado a conduta governamental visa preservar a responsabilidade externa do Brasil, por outro não é menos evidente que uma atuação mais eficaz da chancelaria nacional seria capaz de evitar situações desta natureza. É notório que, utilizando-se dos canais diplomáticos competentes, tem o Poder Executivo a possibilidade de exigir do Estado estrangeiro, aqui acreditado, o cumprimento da legislação interna, sobretudo em assunto de magna importância, como é o campo social.

A presente iniciativa tem por escopo ativar a chancelaria nacional no sentido de não permitir que o Brasil seja visto e tratado pelos demais países como uma Nação onde as leis possam ser impunemente desrespeitadas.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1988. —
Senador Itamar Franco.

(À publicação.)

MESA

Presidente

Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente

José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente

Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário

Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário

Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário

Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário

João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário

Aluizio Bezerra — PMDB-AC

Francisco Rollemberg — PMDB-SE

João Lobo — PFL-PI

Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder

Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes

João Menezes

Leopoldo Peres

Edison Lobão

João Calmon

Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Ronan Tito

Vice-Líderes

Leopoldo Peres

João Calmon

José Fogaça

Mauro Benevides

Raimundo Lira

Severo Gomes

Nelson Wedekin

Ronaldo Aragão

Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marcondes Gadelha

Vice-Líderes

Edison Lobão

Odacir Soares

Divaldo Suruagy

João Lobo

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Jarbas Passarinho

Vice-Líder

Roberto Campos

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Mário Maia

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder

Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Afonso Camargo

Vice-Líderes

Carlos Alberto

Carlos De'Carli

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana

1º-Vice-Presidente: Vago

2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Suruagy
Edison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Itamar Franco

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho

— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho

Vice-Presidente: Edison Lobão

PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiva
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Edison Lobão

João Menezes

PDT

Maurício Corrêa

PDS

Lavoisier Maia

PDC

Mauro Borges

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos

1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira

2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues

PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiva

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Vago

PDT

Maurício Corrêa

PTB

Carlos Albeno

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramais: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli

Vice-Presidente: Nelson Wedekin

PMDB

Titulares

Almir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Saraiva
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Suruagy

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Virgílio Távora
Carlos Alberto

Mário Maia
Afonso Camargo

Assistente: Goitacaz Brasório P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quarta-feira, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4344

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	Cz\$ 2.600,00
Exemplar avulso	Cz\$ 16,00

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	Cz\$ 2.600,00
Exemplar avulso	Cz\$ 16,00

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 16,00